

Poder e deveres do Sesc e Senac

» FRANCISCO MAIA
Presidente do Sistema Fecomércio-DF (Fecomércio, Sesc, Senac e Instituto Fecomércio)

Sobre o Sesc e o Senac recai o peso da confiança que milhares de trabalhadores depositam sobre nós. São 6.421 alunos matriculados no DF para buscar a orientação profissional, enquanto os recursos da Secretaria de Educação atendem cerca de sete mil alunos. O Sesc tem números impressionantes: são 322 mil credenciais para habitantes de nossa cidade usufruírem vida mais saudável.

O acúmulo financeiro nas mãos de uma minoria, hoje, não representa o poder. A força reside no acesso de muitos à informação, promoção social e educação profissional. Assim é o poder que Sesc e Senac transferem à comunidade do comércio.

A coordenação da Fecomércio-DF sobre esses serviços permite, com hábil delicadeza política, estabelecer relações de governança com a administração do Distrito Federal. É preciso saber que, por meio do Senac, se consegue oferecer melhor formação de mão de obra, cursos técnicos e vasta aprendizagem comercial. Ao Sesc cabe saúde, alegria humana e qualidade de vida.

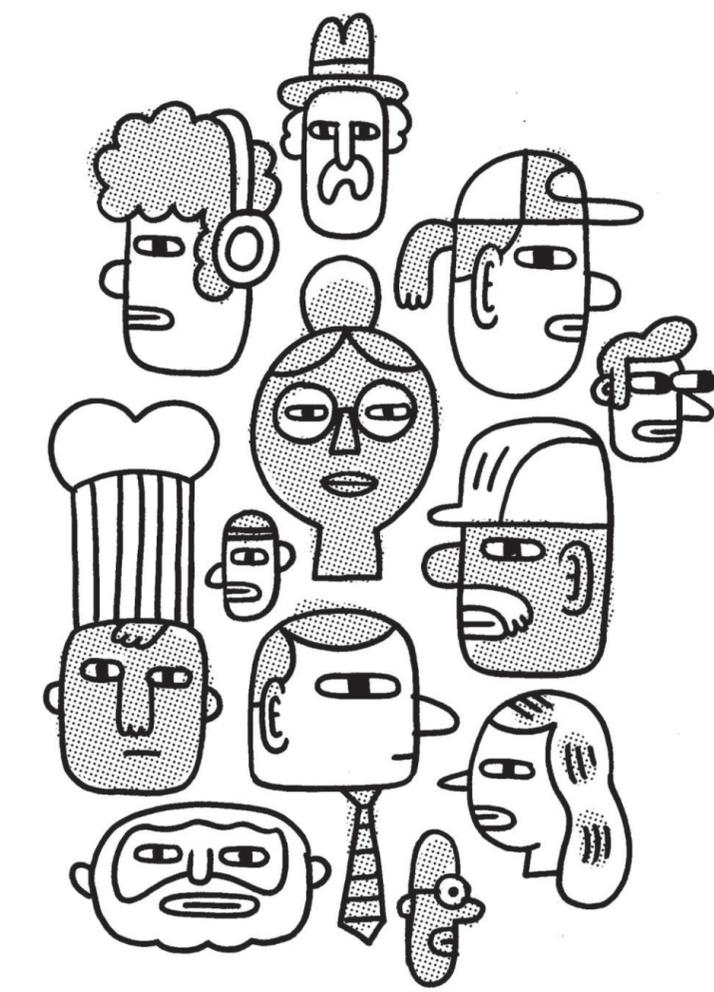
É onde os comerciários encontram lazer, cultura, esporte, cursos e outras atividades voltadas à alegria das famílias. Um órgão da classe produtiva que não tem o esporte e a educação como alicerce é insensível e sem compromisso com aqueles que representa. Qualquer que seja o governante, deve lembrar que, como nós, seu poder advém dos serviços que presta ao povo.

Sesc, Senac e Confederação Nacional do Comércio estivemos no início do atual governo com o secretário de Fazenda do DF, André Clemente, e o secretário de Desenvolvimento Econômico, Ruy Coutinho, no Palácio do Buriti. Tratamos de um termo de cooperação entre essas instituições e o governo local, avalizado pelo governador Ibaneis Rocha e Roberto Tadros, presidente da CNC.

O secretário André Clemente, da Fazenda, reconhece que um grande desafio é a retomada do crescimento econômico, mediante a geração de emprego e renda em todo o Distrito Federal. O Estado deverá ser o principal indutor desse processo, na garantia de segurança, paz e incentivo empresarial.

Acredito que a Federação e todo nosso sistema tem muito a somar ao governo do DF. O setor produtivo tem que andar lado a lado com o governo, até porque representamos 93% do PIB privado.

Temos também a coragem de retalhos da realidade econômica preocupantes, mas que jamais podem nos desanimar. O comércio varejista ainda tem muita estrada até poder olhar para trás e recuperar as perdas acumuladas no período de crise do setor. Em cinco anos, tivemos mais de 6 mil estabelecimentos fechados, mas o aumento do índice de confiança da classe empresarial e o incremento do desejo de consumir fazem com que as associações estimem uma evolução entre 2% e 6% em relação a 2018. Um grande empresário que dirige o sindicato do comércio varejista já é um vitorioso pelo otimismo, quando assegura que qualquer crescimento



G O M E Z

depois de período tão difícil é animador.

É também em depoimentos de brasileiro fortes que confiam no futuro que buscamos alento. Paula Dellinghausen é uma empreendedora corajosa ao garantir que fevereiro superou as expectativas. Literalmente promete: “Se eu tiver o mesmo lucro nos próximos meses, farei novos investimentos. Sinto que os brasileiros estão mais empolgados com as expectativas anunciadas pelo novo governo. É claro que os consumidores ainda buscam produtos mais baratos, mas acredito que, neste ano, eles estão mais animados para gastar.”

Lentamente a população está voltando a acreditar no futuro. A liberdade dada ao setor privado para investir e arriscar enche de esperança quem aposta no verdadeiro capitalismo. Ninguém deve entender a relação de capital e trabalho como era praticada na

Revolução Industrial. Aquele processo substituiu a produção artesanal pelas máquinas, a energia do homem pela força motora e o modo de produção familiar pelas fábricas. Hoje o capital não tem pátria, pois tem todas as pátrias; não tem dono, pois é regulamentado por leis; não tem nome, porque possui a identidade de todos que nele apostam. O capitalismo permite a democracia do dinheiro. O risco é incorporado ao lucro, e a acomodação punida com os prejuízos.

É fundamental buscar na origem das palavras a determinação e sentido de seu significado. O negócio do comércio, da produção, da linha de resultados do capitalismo provém da junção latina de Nec e Ócio. Negócio: a negação do ócio. Este é o segredo do sucesso nas responsabilidades que assumimos com a comunidade, seus governantes e nossos afiliados — vigilância e trabalho.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (Interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Governo necessita agora é de muita reza

É bom o governo começar a se movimentar, despachando logo seus diversos interlocutores para as mesas de negociação com as diversas categorias de trabalhadores. Os próximos meses prometem. A tão apreciada lua de mel entre a população e o governo pede providências de um bem montado núcleo de negociadores, capazes de reverter a onda de greves que se anuncia. É preciso, no entanto, assegurar-se de que aqueles que forem escalados para essas missões tenham garantidos, pelo próprio governo, o respaldo necessário para firmar o que pode ser cedido e o que não tem condições e, portanto, será negado.

Ministros que prometem concessões que depois são vetadas pelo governo não só se desgastam inutilmente como perdem a credibilidade, tornando-se pessoas não confiáveis nessas questões. Essa sugestão vale tanto para o governo federal, quanto para o governo do Distrito Federal.

Se forem cumpridos todos os calendários de greves e paralisações que constam das agendas das diversas categorias, o segundo semestre se transformará, sem dúvidas, num período de provações, com os novos governos, no âmbito federal e local, sendo submetidos a períodos paradistas que poderão contaminar essas novas gestões, se alastrandando como rastilho de pólvora para outros setores, o que pode atrapalhar, ainda mais esse início hesitante de governo, com idas e vindas inúteis.

O complicador para esse momento de tensão continua sendo a crise econômica com o desemprego em alta, o pífio crescimento e as poucas perspectivas de que o país irá superar essa fase em curto espaço de tempo. Antes de tudo é preciso esclarecer que qualquer governo que viesse a assumir o país, depois do tornado representado pela década petista, acabaria tendo que arcar com as consequências do desmonte do Brasil.

A chamada herança maldita repercute de forma dura nesse momento e ainda terá desdobramentos. Como notícia ruim, nesse caso, não vem sozinha, o governo ainda encontrará pelo caminho as interposições tanto de um Legislativo refratário a muitas medidas do Executivo como do próprio Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal, indiferente às agruras do atual governo.

Nas ruas, também a população vinha, aos poucos, mostrando sua impaciência com a lentidão das reformas, com os preços dos alimentos e outras necessidades da vida real das pessoas. Mesmo parte da imprensa, é visível a intenção de envenenar o ambiente, com notícias distorcidas ou mesmo falsas.

Se forem juntar a essa salada indigesta a falta de sintonia do partido do governo e o fato de um tal Centrão reaparecer a qualquer minuto para embaralhar o jogo, aí temos que o governo vai precisar trabalhar como nunca para pacificar o país.

Para 14 de junho próximo, os servidores prometem greve contra a reforma da Previdência. Nesta quinta-feira, os sindicatos participam com os servidores e técnicos da Universidade de Brasília de atos contra o contingenciamento das verbas para a Educação. Ao menos 60 sindicatos prometeram presença nos atos. Também os servidores da Caesb convocaram para assembleia geral com indicativo de greve. Outras empresas como a CEB e o Metrô, estão estudando a questão.

Por todo o país existe indicativo de greve programada de vários setores da economia contra as reformas, contra os cortes, contra as propostas de aposentadoria. Os servidores públicos são os que mais se mostram contrários às mudanças propostas pelo governo e são também, os mais mobilizados e coesos.

Diante de um quadro de insatisfação geral como esse, é bom que o governo providencie logo uma corrente de orações, pois diante do que está por vir, só mesmo reza braba ou uma ação efetiva que agrade a população que o apoiou.

» A frase que foi pronunciada

“Se os hospitais do país funcionassem, a população ficaria satisfeita.”

Ilza Santos, que esperou atendimento por 13 horas por atendimento no Hospital do Paranoá. E não conseguiu.

Chateação

» Carnaval fora de época e fora do espaço apropriado. É o que defende parte dos moradores do Lago Sul que protestam contra o bloco Adocica. A paz termina no Hangar Cinco, na QI 5. Não é só o barulho, mas brigas, sujeira e o trânsito.

Nada feito

» Moradores e comerciantes protocolaram pedidos na Administração Regional com abaixo-assinado. Apenas duas iniciativas por parte do GDF. O horário foi ampliado das 22h para as 2h do dia seguinte, e a folia passou a fazer parte do calendário oficial, mesmo sem ter registro algum ou personalidade jurídica que se responsabilize pelo inconveniente.

Inoperância

» Aos apelos, a Agefis

responde que não sabia de nada, nem tem efetivo para fiscalização.

Direito

» Foi solicitada à Administração Regional, cópia do processo do alvará de autorização. O processo foi enviado com tarjas pretas cobrindo os nomes dos solicitantes, o que impede de se conhecer quem esta por traz desse evento.

Por trás dos carimbos

» Ou seja, o GDF se revela surdo aos pedidos de sua comunidade, não cumpre a Lei do Silêncio nem o acordado em TAC's com o Ministério Público, não fiscaliza a realização e esconde os envolvidos. E mais. A liberação do evento por parte de uma Secretaria só aconteceu cinco dias após a festa.

» História de Brasília

Hoje é terça-feira, dia da reunião ministerial. O povo aguarda a oportunidade de saber como vai o país, e quer saber o que será feito do seu destino. (Publicado em 21.11.1961)

AGU: advocacia de Estado ou de governo?

» MARCELINO RODRIGUES
Presidente da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe)

Notícias recentes questionam o papel da Advocacia-Geral da União (AGU), demandando uma definição acerca de seu posicionamento: ela serve ao presidente da República, Jair Bolsonaro, ou às instâncias da Justiça ligadas ao Supremo Tribunal Federal (STF)? A cobrança traz, em si, uma oportunidade ímpar da Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (Anafe) vir a público esclarecer o propósito constitucional da instituição.

É dever da AGU – e de qualquer advogado público federal – atuar com excelência no combate à corrupção, na viabilização das políticas públicas e na preservação do erário, não devendo, em nenhuma hipótese, abandonar sua função na advocacia de Estado para assumir uma postura de advocacia de governo.

Seu papel é o de ser essencial à Justiça, prestando aos Três Poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário – representação judicial e extrajudicial. Além de fornecer o Poder Executivo jurídico às instâncias do Aposseamento, nos termos de lei complementar, explicitadas no artigo 131 da

Constituição Federal, que traz a instituição no capítulo das Funções Essenciais à Justiça, ao lado do Ministério Público e da Defensoria Pública, não a vinculando a qualquer um dos poderes.

Ao exercer a advocacia de Estado, a Advocacia-Geral da União contribui para a afirmação do Estado Democrático de Direito e consolida os valores e princípios fundamentais da democracia. A inexistência dessa atuação resultaria em insegurança jurídica, desrespeito à Constituição Federal e às leis.

A preservação da AGU, enquanto instituição transversal que representa os Três Poderes, é atributo constitucional que preserva e protege a democracia brasileira. E esta é muito superior às conjunturas políticas que vão e vêm, conforme as legislaturas são renovadas pelo voto da população. Prestar-se a atuar como agente político é diminuir sua nobre função constitucional, essencial à garantia da execução e cumprimento da Justiça no Brasil.

Quanto a seu papel perante o atual presidente eleito, como a qualquer outro no cargo, compete à AGU defendê-lo juridicamente,

bem como a todo o Estado brasileiro. Não é adequado, porém, que a instituição se confunda com o governo que, pela própria natureza, é transitório e possui sua linha ideológica de atuação, ainda que o perfil do advogado-geral da União corrobore com os mesmos ideais.

Ainda mais inadequado lhe seria, em pensando de forma contrária aos princípios partidários do governo, criar-lhe empecilhos ou dificultar-lhe o trânsito nas instâncias que estão sob seus cuidados como representante judicial da União. A imparcialidade e o profissionalismo na defesa de seu papel de agente público antecede toda e qualquer atuação político-partidária.

Num momento de constantes crises e instabilidades, o Brasil só avançará com o fortalecimento das instituições públicas de Estado, e a Advocacia-Geral da União é peça fundamental na garantia dos direitos fundamentais do cidadão e na defesa do Estado brasileiro. A sociedade deve reconhecer a importância da preservação da advocacia de Estado, independente e republicana.